

**VICENTE
TAPAJÓS**

PEQUENOS ESTUDOS
SÔBRE GRANDES
ADMINISTRADORES DO BRASIL

DUARTE COELHO,
FUNDADOR DE PERNAMBUCO

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

1957

APRESENTAÇÃO

Os "Pequenos estudos sôbre grandes administradores do Brasil", série idealizada pelo infatigável historiógrafo Luiz Pinto e continuada por Manoel Caetano Bandeira de Mello, seu esclarecido sucessor na Direção do Serviço de Documentação do D.A.S.P., têm alta missão a cumprir. Estudos de divulgação — em que o objetivo de tornar acessível ao grande público de forma alguma reduz a seriedade científica do trabalho, — vêm deslocando os grandes administradores — locais, regionais ou nacionais, do passado e do presente, — das páginas menos convidativas dos vetustos tratados de história, dos manuscritos, dos relatórios empoeirados, para a apreciação polêmica do leitor comum.

Até a apresentação material tem sido de uma elegância modesta e sóbria. Com as dimensões de um pocket-book, faz-nos, cada livrinho da série, repetir a comparação famosa com os perfumes franceses. As melhores essências nos pequenos frascos.

Agora, vem a lume êsse esguio, mas robusto, Duarte Coelho, de Vicente Tapajós.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
514	27/5/59

O autor dispensa uma apresentação. Sua bagagem histórico-literária já o rotula convenientemente, e traz o implícito aplauso que ressalta das edições sucessivas.

O moço professor do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação já se consagrou, entre numerosas obras menores, com a História do Brasil e a História da América. E está realizando, agora, êsse esforço ingente que é a feitura da História Administrativa do Brasil, cujos dez volumes — em que temos a honra de colaborar, — se não representam trabalho definitivo, traduzem, pelo menos, considerável ampliação do que até agora, entre nós, se tem feito neste setor.

Duarte Coelho é uma biografia em que o homem e a obra se apresentam como complexo inteligível de causa e efeito. A vida do perfilado não é descrita como simples seriação cronológica de um crescimento vegetativo. O administrador é que foi biografado. Isso nos apresenta Vicente Tapajós: um Duarte Coelho a labutar, na pluralidade capitalial, pela sobrevivência de sua autarquia administrativa, suprimindo a carência de homens com a abundância de esforços, quebrando o silêncio da distância oceânica da metrópole com os pedidos, as reclamações e as queixas com que sua epistolografia tanto enriqueceu a diplomática brasileira.

Duarte Coelho foi uma ponta de lança das formas institucionais da administração portuguesa no Brasil. Plantando vilas, introduziu o municipalismo peninsular em o Nordeste.

Semeando engenhos, manteve velhas sobrevivências agrícolas de colorido mourisco e realizou, sem o saber, com tantos outros, a transformação do caráter mercantil da empresa ultramarina numa duradoura obra de colonização formativa de nacionalidade.

Tudo isso nos expõe Vicente Tapajós, com os conceitos incisivos e julgamentos objetivos que se casam tão bem com suas frases curtas, em que as palavras valem pelo sentido e não pela sonoridade. Sintetizando, analisa. E deixa, não obstante a extensão exígua do trabalho, bem definida a obra administrativa daquele extraordinário fundador do Brasil que foi o criador de Pernambuco.

HELIO DE ALCANTARA AVELLAR

INDICE

	<i>Pág.</i>
I — A Instituição do Regime de Capitánias	9
II — Duarte Coelho	13
III — Os Poderes de Duarte Coelho	17
IV — Pernambuco até a Chegada de Duarte Coelho	21
V — A Fundação de Olinda	25
VI — Primeiros Tempos de Pernambuco	29
VII — Relações com os Índios	33
VIII — Aproveitamento Económico — O Ouro	35
IX — O Pau-Brasil	37
X — A Cana-de-Açúcar	39
XI — Outras Riquezas	43
XII — Ordem e Disciplina	45
XIII — As Cartas de Duarte Coelho	47
Indicação Bibliográfica	53

A INSTITUIÇÃO DO REGIME DE CAPITANIAS

O primeiro grande administrador de nosso país foi, cronologicamente, o primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho.

O Brasil fôra descoberto pouco mais de três décadas antes, quase ao mesmo tempo em que se dava a conquista do caminho das Índias.

Portugal, de início, supunha fôsse a Terra da Vera Cruz apenas uma ilha, própria para aguada das naus que demandavam Calicute. A expedição de 1501, entretanto, serviu para mostrar a grandeza da nova possessão.

Ficou o pequeno reino luso em difícil situação. Não poderia, simultâneamente, cuidar, com proveito, do oriente e do ocidente. Tinha de optar por um. Lógicamente, preferiu o primeiro, onde já sabia da existência de riquezas fabulosas, apenas suspeitadas no Brasil. Entregou-se, pois, à exploração das Índias, relegando nosso país a plano secundário.

Não o abandonou inteiramente, contudo. Resolveu, de início, recorrer à iniciativa privada. Arrendou sua exploração,

por três anos, a uma companhia de comércio, pertencente, entre outros, a Fernando de Noronha. O arrendatário obrigava-se a enviar, cada ano, pelo menos seis navios, que deveriam explorar no mínimo trezentas léguas de costa, e fundar feitorias. Livrementemente, entretanto, poderia recolher as riquezas da terra, bastando que pagasse diversos tributos à Coroa.

Acredita-se que a expedição, que por aqui andou em 1503, sob o provável comando de Gonçalo Coelho, deve ter sido enviada pela Companhia de Fernando de Noronha. Não se conhecem, entretanto, outras expedições por ela promovidas, mas não restam dúvidas sobre sua realização. De outra maneira não se explica o haver sido renovado o contrato pelo mesmo prazo, em 1506.

Desta feita, no entanto, a Companhia parece ter sido menos ativa, pois em 1509 o Brasil — informa Capistrano em seus "Capítulos de História Colonial" — foi declarado aberto ao comércio de qualquer um, desde que fôsse português e cristão, e pagasse tributos à Coroa. Dentro deste regime é que deve ter sido organizada a famosa nau Bretoa, de propriedade de Fernando de Noronha, Benedito Morelli e Bartolomeu Marchioni, e que, sob o comando de Cristóvão Pires, andou recolhendo, em 1511, pau-brasil e outras riquezas da terra, vendidas, com grande lucro, na velha Europa.

E, de importante, foi só. O Brasil ficou abandonado, totalmente entregue aos indígenas.

Ora, muita riqueza fácil era oferecida. Em virtude disso, negociantes franceses começaram a vir à terra apanhar,

clandestinamente, o pau-brasil, com cujo comércio grandes fortunas se fizeram. Dentro de pouco, o Brasil era, sem exagêro, mais francês que português, ou, como se dizia, mais dos "maires" que dos "perós".

O esgotamento das Índias, que se anunciava assustadoramente, abriu os olhos aos lusitanos: sentiram-se ameaçados de perder Santa Cruz.

Reclamaram ao rei de França que fizesse parar o comércio entrelopo. Duas políticas se chocaram: com o tratado de Tordesilhas, Espanha e Portugal se haviam assenhoreado do mundo e dos mares. Só seus navios podiam navegar no mar Oceano — era o "mare clausum". Inglaterra, França e Holanda, posteriormente, protestavam — era o "mare liberum".

O soberano francês não atendeu aos reclamos de Lisboa. Conta o anedotário histórico que Francisco I teria prometido cessar ou fazer cessarem as viagens francesas no dia em que lhe mostrassem a parte do testamento de Adão que dividia o mundo entre os dois povos ibéricos...

Portugal viu-se, dessa forma, obrigado a combater as incursões clandestinas. Em 1516 e 1526 vieram, com esse objetivo, as armas de Cristóvão Jaques, valente, esforçado, inteligente. De pouco valiam, entretanto: a terra era muito grande. O próprio capitão o compreendeu, e chegou a propor a El-Rei colonizar à sua custa, mediante compensações, a Terra de Santa Cruz. O mesmo foi feito por João de Melo da Câmara, irmão do capitão-mor da ilha de São Miguel.

O soberano, entretanto, resolveu arcar com a responsabilidade da colonização. Enviou, em 1530, aquela que foi, realmente, a primeira expedição colonizadora. Chefiou-a Martim Afonso de Sousa.

A colonização foi iniciada, plantando-se as vilas de S. Vicente e Piratininga (1532). A cana-de-açúcar, o trigo, a vinha, o gado foram trazidos, e se aclimataram bem. Mas a ameaça francesa continuava, devido à extensão do litoral.

Foi quando o rei D. João III, chamado "o Colonizador", sentiu a necessidade de recorrer ao auxílio particular, dando desenvolvimento ao regime de capitânicas hereditárias, de que se socorrera o reino, com sucesso, para a colonização dos Açores e da Madeira.

Ainda em 1532 escreveu a Martim Afonso de Sousa, que se encontrava em S. Vicente, prometendo-lhe, e ao irmão Pêro Lopes, diversos lotes de terra.

Não foi fácil, entretanto, conseguir quem quisesse arcar com as responsabilidades da colonização, se bem que alguns houvessem mesmo pedido ao rei terras no Brasil, segundo se lê na referida carta a Martim Afonso:

"Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se tôda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me queriam capitânicas em terra dela".

Uma dessas pessoas foi DUARTE COELHO, o primeiro (depois dos Souses) a receber carta de doação (10/3/1534).

II

DUARTE COELHO

SÃO unânimes os elogios a Duarte Coelho como administrador.

MALHEIRO DIAS (Hist. da Colon. — 1º vol., pág. 256) escreve:

"... é Duarte Coelho o único exemplo de um construtor de nação; único que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos descendentes como um fundador de dinastia".

A respeito escreve VARNHAGEN (Hist. Geral — I, 209):

"Tinha Coelho, além de um coração robusto, a necessária ambição e mediano desejo de ganho, essenciais para lidar com vantagem no campo de glória e de fortuna, que se lhe apresentava; e aumentar assim os capitais de uma e outra, que já na Ásia lhe haviam cabido, por várias terras e navios que tomara ou apresara".

PEDRO CALMON (Hist. do Brasil — I, 153) é incisivo.

“Ao tempo de sua investidura de donatário, era um dos maiores vultos das armas portuguesas de ultramar”.

Outros elogiam-lhe a erudição (demonstrada pelas citações latinas das cartas dirigidas ao rei), mas, principalmente, a energia e a imensa capacidade de trabalho (Handelmann, Rocha Pombo, Jonathas Serrano etc.).

O que não resta dúvida é que títulos possuía, de sobra, para gozar dos direitos que lhe foram concedidos. Mostra-o sua vida.

*
* *

DUARTE COELHO (e não Duarte Coelho Pereira como querem alguns) era filho natural do navegador Gonçalo Coelho e de D. Catarina Annes Duarte (1). Nasceu em Miragaia, e criou-se no Mosteiro de Vila Nova.

Dizem que acompanhou o pai na viagem em 1503 ao Brasil, e sabe-se que, em 1509, na armada de D. Fernando Coutinho, estêve na Índia. Nos anos de 1516 e 1517, desempenhou missão diplomática na China, *“primeiro europeu que isto fêz em navios europeus”* — escreve CAPISTRANO em nota a Pôrto Seguro (Hist. Geral, vol. I, pág. 171). Em 1516, como prêmio de serviços prestados, pôde carregar um navio de pimenta. Dois anos depois, foi encarregado —

(1) PEDRO DE AZEVEDO, em “Os primeiros donatários”, cap. V do vol. III da *Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil*, às págs. 194, informa: “Em época não determinada fêz-se inquérito sobre a filiação de Duarte Coelho, sendo então ouvidas algumas pessoas, que declararam ser seu pai Gonçalo Coelho”.

com dois engenheiros — de examinar os portos de África, a fim de ver os que deveriam ser fortificados. Em 1531 foi à França, *“de onde voltou pouco depois de lá ter chegado o conde da Castanheira”*. (2) No mesmo ano, comandou armada mandada a policiar a costa do Atlântico Sul, ocasião em que apreendeu um galeão francês (o “Santa Catarina”), que aí andava a contrabandar.

Foi nessa época, mais ou menos, que requereu ao soberano uma capitania na costa brasileira.

A êsse respeito, VARNHAGEN escreve (Hist. Geral — I, 171):

“Havia sete anos que voltara do Oriente, e se casara com D. Brites, irmã de Jerônimo de Albuquerque. Como, por ocasião da primitiva repartição das terras, lhe haviam ido ordens para navegar até Pernambuco (da costa da Malagueta, onde se achava cruzando), a fim de destruir a feitoria deixada pela nau de Marselha, é natural que daí proviesse o ser preferido para esta parte da costa, de que porventura chegaria a ter conhecimento prévio”.

É o que diz também o Códice 1031 (Bib. Nac.) :

“... e doutras (viagens) que lá fêz depois de vir da India teve tanta notícia daquella terra e conhecimento do gentio delle que acrecentando-se a sua qualidade de fidalgo

(2) PEDRO DE AZEVEDO — obra citada — pág. 194. Em nota, lê-se: “El-Rei, em 5 de maio de 1533, em carta ao conde da Castanheira, diz que por Duarte Coelho tivera noticias do duque de Nemours, irmão do duque de Sabóia, o que prova a viagem de Coelho à França, Cfr. *Palha*. A carta de marca de João Anjo, pág. 54”.

honrado ser muito rico e seus muitos serviços e satisfação que El-Rei D. João o 3.º delle tinha e de seu procedimento e de a mor parte dos de seu pae serem feitos naquellas partes veio o dito Senhor facilmente em lhe deferir o seu requerimento fazer-lhe a larga doação de Pernambuco”.

Recebendo a capitania (10/3/1534), formou expedição e veio para suas terras, chegando ao Brasil no dia 9/3/1535. Continuou a prestar relevantes serviços ao Reino, tanto que, por alvará passado em Évora, e datado de 6/7/1545, D. João III concedeu-lhe, e aos descendentes, brasão de armas com que lhe revalidava a nobreza.

Foi graças ao seu esforço e talento de administrador que a capitania, mais que tódas as outras, prosperou. Infelizmente, apenas enquanto êle viveu, porque seus filhos (Duarte Coelho de Albuquerque e Jerônimo de Albuquerque Coelho) mudaram-lhe as normas de administração.

Duarte Coelho morreu a 7/8/1554, não se sabe se em Olinda (como afirma BRAAMCAMP FREIRE, em “Brasões da Sala de Cintra”, 2.º vol.) ou em Lisboa (Cf. Capistrano em nota à “Hist. do Brasil” de frei Vicente).

III

OS PODERES DE DUARTE COELHO

A 10 de março de 1534, resolvia o rei conceder a Duarte Coelho as terras que hoje constituem o Estado de Alagoas e grande parte de Pernambuco — na extensão de sessenta léguas, do S. Francisco ao Iguaraçu.

A carta de doação, que é longa, acha-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), entre os documentos da “Chancelaria de D. João III”, livro 7.º, fôlhas 83. Diz, entre outras coisas:

“A quanto esta minha carta virem, faço saber que, considerando eu quanto serviço de Deus e meu proveito, e bem de meus Reinos e senhorios, e dos naturais e súditos delles, é ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para nela se haver de celebrar o culto e ofícios divinos, e se exaltar a nossa santa fé católica com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra, infiéis e idólatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e senhorios e assim naturais e súditos deles de se a dita terra povoar e aproveitar por bem de a mandar

repartir e ordenar em capitánias de certas em certas léguas para delas prover aquellas pessoas que me bem parecessem, pelo que resguardando eu aos muitos serviços que Duarte Coelho, fidalgo de minha casa a El-Rei, meu Senhor e pai, que a santa glória haja, e a mim têm feitos, assim nestes Reinos como nas partes da Índia, onde serviu muito tempo, e em muitas coisas de meu serviço, nas quais sempre deu de si muito boa conta, havendo como é razão de lhe fazer assim pelos serviços que até aqui tem feitos, como pelos que espero que me adiante fará, por todos êstes respeitos e por alguns outros que me a isto movem, e por folgar de lhe fazer mercê de meu próprio moto e certa ciência, poder real e absoluto, sem mo ele pedir nem outrem por ele, hei por bem e me apraz de lhe fazer, como de feito por esta presente carta faço mercê, irrevogável doação, entre vivos valedoura, dêste dia para todo o sempre, de juro e herdade para ele e seus filhos, netos e herdeiros, sucessores que após ele vierem, assim descendentes como transversais e colaterais, segundo adiante irá declarado, de sessenta léguas de terra na dita costa do Brasil as quais começarão no rio de S. Francisco, que é do cabo de Santo Agostinho para o sul, e acabarão no rio que cerca, em redondo, tôda a ilha de Itamaracá, ao qual rio ora novamente ponho rio de Santa Cruz”.

Pouco depois (24 de setembro do mesmo ano), o soberano completava a doação firmando *foral*, em que se estabelecia:

a) O capitão e seus sucessores darão e repartirão tôdas as terras em sesmaria, a quaisquer pessoas, de qualquer

qualidade e condição, contanto que sejam cristãos, sem fôro nem direito algum, exceto o dizimo que serão obrigados a pagar à Ordem do Mestrado de N. S. Jesus Cristo;

b) Essas sesmarias só não poderão dar à espôsa ou ao filho herdeiro;

c) De qualquer espécie “de pedraria, pérolas, aljôfar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou qualquer sorte de metal pagar-se-á a mim o quinto”.

Dêsse quinto, “o capitão tirará a sua dízima, como se contém na carta de doação”;

d) “O pau-brasil da dita capitania, e assim qualquer especiaria ou drogaria, de qualquer qualidade que seja, que nela houver, pertencerá a mim, e será tudo sempre meu e de meus sucessores” ... E continua: “... sôbre o pau-brasil hei por bem que o capitão e assim os moradores da dita capitania se possam aproveitar dele aí na terra, no que lhes fôr necessário, não sendo em o queimar, porque o queimando incorrerão nas ditas penas (a perda da terra e o degrêdo na ilha de S. Tomê);

e) “O pescado que se pescar, não sendo em caniço, pagará dízima (dez peixes um), mais meia dízima (um por vinte peixes) para o capitão;

f) “todos os navios de meus reinos e senhorios, que forem à dita terra com mercadorias, e que já cá tenham pago os direitos em minhas alfândegas, e mostrarem disso certidão”... “não pagarão na dita terra do Brasil direito algum”

...“e se lá carregarem mercadorias da terra para fora do reino pagarão da sua ida dizima a mim, da qual dizima o capitão haverá sua redizima...”

g) Sôbre mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxôfre, chumbo e quaisquer outras munições de guerra “*hei por bem que se não paguem direitos alguns*”;

h) “... o capitão da dita capitania e os moradores e povoadores dela poderão livremente tratar, comprar e vender suas mercadorias... aos capitães e moradores das outras capitánias”;

i) “Nos Rios da dita capitania em que houver necessidade de barcas para a passagem deles o capitão os porá e levará delas aquele direito ou tributo que lá em câmara fôr taxado...”;

j) “Os moradores e povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário fôr”.

Afora êsses tributos e direitos que se reservava, o soberano só poderia manter nas terras da capitania os escrivães, almoxarifes e outros funcionários encarregados de cobrar ou fiscalizar os impostos que lhe eram devidos. No mais, Duarte Coelho era a autoridade maior, inclusive supremo juiz, podendo, inclusive, condenar à morte os peões e escravos pelos crimes de traição, heresia e sodomia, se bem que, por êsses mesmos crimes, os mais infamantes, só pudesse degredar, por dez anos, as pessoas de melhor categoria.

IV

PERNAMBUCO ATÉ A CHEGADA DE DUARTE COELHO

A região doada a Duarte Coelho foi, pela sua posição, muito avançada no Atlântico, das que mais cedo receberam a visita dos europeus, talvez mesmo antes da viagem de Cabral se aceitarmos que o cabo de Santo Agostinho é o mesmo que Vicente Yanez Pinzón chamou de Santa Maria de la Consolación ao avistá-lo em 26 de janeiro de 1500.

Mencionam-se duas feitorias nessas terras. Uma, a de Pêro Capico, nas proximidades do pontal de Olinda, da qual quase nada se sabe; outra, mais importante, a que foi chamada “Pernambuco” (“mar furado” ou “arrebentação do mar”) que não sabemos ao certo se fundada em 1503 (expedição de Gonçalo Coelho) ou 1516 (expedição de Cristóvão Jaques).

Pode mesmo ser que tenham sido duas as fundações, pois a feitoria era estabelecimento precário, provisório, como explica Oliveira Lima, citando Orville Derby (Hist. da Colon. — III, 288): “*levantava-se onde se formavam relações*”

amistosas com os indígenas, dependendo sua continuação da manutenção de tais relações, dos ataques de fora e dos lucros de comércio”.

A acreditar-se fôsse Duarte Coelho filho de Gonçalo Coelho e o haja acompanhado na expedição de 1503, a provar-se igualmente tenha essa expedição (sôbre a qual muito se discute) passado realmente por Pernambuco, é bem possível tenham então fundado aí uma povoação. Isso explicaria o haver Duarte Coelho requerido ao rei a terra em capitania.

De qualquer forma, fundada em 1503 ou 1516, ou mesmo duas vêzes, naqueles dois anos, o fato é que, quando Sebastião Caboto por aí passou (1526), encontrou treze homens, um dêles o feitor, o que lhe valeu de muito, pois reabastecêu-se, então, do que necessitava. No mesmo ano, outro que estêve em contato com os moradores da feitoria foi o desventurado D. Rodrigo de Acuña.

Nessa época, eram freqüentes os ataques dos franceses ao litoral brasileiro. Num dêsses ataques destruíram a feitoria, salvando-se apenas o feitor, Diogo Dias, que embarcou em caravela que passava rumo a Sofala.

Quando chegou a expedição de Martim Afonso, pode dizer-se que os franceses eram os donos da região. O capitão, entretanto, enfrentou o inimigo, e seu irmão Pêro Lopes, que foi o cronista da expedição (Diário da Navegação) descreve-nos a luta travada contra três naus francesas, que foram vencidas e apresadas. Seguindo para o sul, Martim Afonso deixou em Pernambuco uma feitoria com

seis homens, de vida muito curta. Atacaram-na os franceses da “La Pélérine”, nau armada pelo Barão de Saint Blancard. Destruíram a feitoria, e em seu lugar fizeram erguer-se uma fortaleza, que deixaram guarnecida por trinta homens. Pêro Lopes, quando tornava à Europa (1532), teve notícia do forte. Venceu-o, e substituiu a guarnição por gente sua, às ordens de Paulus Nunes.

Foi a êsse pequeno núcleo deixado por Pêro Lopes — afirma Varnhagen — que se dirigiu Duarte Coelho quando veio empossar-se de suas terras.

V

A FUNDAÇÃO DE OLINDA

DUARTE COELHO desembarcou, com sua gente, onde estava a feitoria deixada por Pêro Lopes, e que viria a ser Iguaraçu.

Aí permaneceu durante meses (frei Vicente do Salvador afirma que durante anos), enquanto não resolvia sôbre o local em que fundaria a nova povoação.

Deixando Afonso Gonçalves na governança, desceu a costa, e perto da praia do Pau Amarelo encontrou um morro muito aprazível, sôbre o qual resolveu estabelecer-se.

GABRIEL SOARES DE SOUSA, no "Tratado descritivo do Brasil", escrito em 1587, disse a respeito:

"Chegando Duarte Coelho a êste pôrto, desembarcou nêle o fortificou-se onde agora está a vila em um alto livre de pedrastos, da melhor maneira que foi possível, onde fêz uma torre de pedra e cal que ainda agora está na praça da vila..."

À povoação foi dado o nome de *Olinda*, discute-se por que. Frei VICENTE informa que o nome foi pôsto por um "galego, criado de Duarte Coelho, porque andando com outros por entre o mato buscando o sítio onde se edificasse, achando êste que é um monte alto, disse com exclamação e alegria: "Ó linda!" (livro 2º, cap. 8º, da "História do Brasil").

VARNHAGEN (vol. I, pág. 213, da "História Geral") tece o comentário:

"Ridículo como nos parece êste conto, temos por muito mais natural que aquêle nome fôsse o de alguma quinta ou casa ou burgo, por qualquer título caro ao donatário na sua pátria, e que êle no Brasil quisesse perpetuar"...

E, mais adiante: *"Sabe-se também que Olinda era o nome de uma das belas damas na novela do Amadis de Gaula, cuja leitura estava então muito em voga, não faltando leitores que lhe davam tanta fé, como em nossos dias se dá à História"*.

Rapidamente a vila (também conhecida pelo nome indígena de Marim) prosperou, graças ao grande esforço do donatário e de seus comandados. Não se sabe, ao certo, quantas pessoas vieram com Duarte Coelho. Conhecem-se, porém, os nomes de seus principais auxiliares.

Um deles foi o já referido Afonso Gonçalves, outro foi o feitor Vasco Fernandes, a quem o capitão-mor não poupou elogios em carta escrita ao rei. Também Francisco de Oliveira, que foi provedor da Fazenda, desde janeiro de 1537, deixou boa fama entre os colonizadores.

OLIVEIRA LIMA, in "A Nova Lusitânia", capítulo da "História da Colonização Portuguesa do Brasil", reconstitui, admiravelmente, os primeiros tempos da povoação:

"Os índios caetés, senhores do território desde o rio São Francisco até Itamaracá, souberam defender sua aldeia — Marim — com o denôdo que lhes era peculiar e parecido com os dos araucanos na costa do Pacífico. É bem possível que a feitoria de Iguaraçu continuasse a servir de abrigo à espôsa do donatário, a dama do paço com quem êle se casara quarentão e que se arriscara a uma tal lua de mel, e às outras senhoras da expedição, composta de várias famílias, enquanto em Olinda se derrubavam as matas e se preparavam as palhoças, que num curto espaço de tempo seriam substituídas, pelas casas de taipa e por bastantes de pedra e cal, algumas até de sobrado, "com sacadas sôbre cães de pedra", que o invasor holandês veio encontrar e queimou.

A emprêsa não foi de rosas. Os assédios do gentio tinham semeado o pavor e feito duramente sofrer os colonos; a fome tinha-os por vêzes torturado; as certeiras flexas inimigas tinham produzido baixas, sendo ferido o próprio Duarte Coelho que da sua torre quadrada, sôlidamente edificada, dirigia com acêrto a defensiva, entremeada de surtidas".

Nessa luta em defesa da povoação devem citados vários índios, que haviam sido atraídos pelo donatário e até o ajudaram na construção da capelinha de S. Pedro Mártir: Itabira, Itajibe e o famoso Uiraubi (depois Arcoverde).

Finalmente, os atacantes foram vencidos e expulsos para além da serra de Ibiapaba.

Só então, vendo tudo em boa ordem, é que Duarte Coelho deu a Olinda um foral, com data de 12 ou 13 de março de 1537, nomeando primeiro juiz ordinário um tal João Carneiro, do qual nada mais se sabe, como afirma, aliás, o próprio Varnhagen em sua "História Geral do Brasil".

VI

PRIMEIROS TEMPOS DE PERNAMBUCO

ANTES mesmo de estabelecida a vila de Olinda, ou melhor, desde que recebera doação em terras brasileiras, Duarte Coelho tratara de organizar a capitania, sob todos os aspectos.

Sua ação administrativa se pautou sempre no respeito às ordens que trouxera e às leis do Reino.

Em sua carta de doação estava escrito que o rei lhe concedia a terra *"considerando eu quanto serviço de Deus e meu proveito e bem de meus Reinos e senhorios e dos naturais e súditos deles é ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada de que até agora foi, assim para se nela haver de celebrar o culto e ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fê católica, com trazer e provocar a ela os naturais da dita terra, infiéis e idólatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus Reinos e senhorios..."*

Obediente a essas ordens, Duarte Coelho não hesitara em transferir-se, com toda a família, para suas terras americanas, do que jamais se arrependeu, convicto de ser a

melhor maneira de bem servir a seu Rei. Manteve-se firme nesse modo de pensar — prova-o a carta escrita a 20/12/1546: "... e lembro o que lhe já tenho escrito, que proveja e mande a tôdas as pessoas a que deu terras no Brasil, que venham a povoar e residir nelas, que assim cumpre a seu serviço, pois essa foi a condição, ou já que não vêm, que ponham em suas terras pessoas aptas e suficientes, e ouvidores que entendam e saibam o que hão de fazer, e não homens de por aí porque êstes tais não fazem, mas desfazem no bem que se deve fazer, porque MERCENARIUS MERCENARIUS SUM".

Não se sabe, realmente, quantas pessoas vieram com Duarte Coelho, mas o que se não pode negar é que bem soube escolher seus companheiros, pessoas afeitas aos trabalhos agrícolas, ainda que, alguns, de nobre origem, como por exemplo, os irmãos Filipe e Pedro Bandeira de Mello, Antônio Bezerra Felpa de Barbuda, e até moças solteiras, como D. Isabel de Fróis.

Depois, outros muitos vieram de Portugal, da Espanha, das ilhas Canárias e até de outras capitanias, principalmente de Pôrto Seguro, mas sòmente a gente boa, as "*que não se atemorizavam da reputação de rigoroso com os delinqüentes, que em tôdas as outras capitanias adquirira Duarte Coelho...*"

(3) Muitos foram mesmo trazidos pelo governador, à própria custa, especialmente trabalhadores especializados — como informa na carta que a 14/4/1549 escreveu ao rei: "...outros são mestres de engenhos, outros mestres de

(3) VARNHAGEN — *História Geral do Brasil* — 1º vol. — 3ª ed. integral — pág. 214.

açúcares, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros e oficiais de fôrmas e sinos para os açúcares, e outros oficiais que ando trabalhando e gastando o meu por adquirir para a terra, e os mando buscar a Portugal e à Galiza e às Canárias às minhas custas, e alguns que os que vêm a fazer os engenhos trazem, e aqui moram e povoam, deles solteiros e deles casados aqui, e deles que cada dia caso e trabalho por casar na terra..."

Acrescentem-se a êsses povoadores os numerosos deportados que a capitania recebeu, tantos que mais prejuízo que lucro à terra causaram.

Duarte Coelho não se amedrontou, porém. Enfrentou-os e castigou-os severamente, a ponto de — os incorrigíveis — se haverem retirado para as outras donatarias, especialmente para a vizinha Itamaracá. Só ficaram, de fato, em Pernambuco, os bons elementos — porque êstes também havia entre os degredados — dispostos a mudar "*de vida sob a dura fiscalização do donatário e no meio de gente de bom viver, com a qual aspiravam a ombrear e a sua progênie ambicionava aliar-se...*"

Do Reino, no entanto, mandavam muitos, e preferentemente para a "Nova Lusitânia", nome que o donatário dera à capitania. E tanto trabalho davam, desviando o capitão de outras atividades, que, em uma das cartas ao rei, chegou a pedir — pelo amor de Deus — "*que lhe não enchessem a capitania de semelhante peçonha*".

Não há dúvida que Duarte Coelho estava com a razão. De gente precisava, e muita. Mas, gente que valesse a pena, que trabalhasse, cuidasse dos campos, para bem do serviço de Deus e proveito do rei...

Visando a isso, e à necessidade de ser a “*costa e terra do Brasil mais povoada do que até agora foi*”, é que, logo após a fundação de Olinda, Duarte Coelho promoveu a organização da colônia, e, para que tudo corresse normalmente, e “*em boa ordem de justiça*” — como escreve Varnhagen — tratou de organizar um livro do Tombo das Terras que dava em sesmaria, e outro em que fazia inscrever “*os que se propunham a gozar dos foros de moradores de sua capitania*”. Em tudo foi muito auxiliado por Vasco Fernandes, feitor e almoxarife régio, e por Francisco de Oliveira, provedor da Fazenda, e Diogo Nunes, escrivão da feitoria.

Na administração de Duarte Coelho, além dos cuidados que dispensou ao povoamento da terra, temos de ressaltar: as relações com os índios, o aproveitamento econômico da capitania, e sua grande preocupação com a manutenção da disciplina e da ordem em Pernambuco.

Temos de convir que era programa administrativo bastante amplo: paz, ordem e riqueza, mas, que — apesar disso — foi cumprido a inteiro contento.

VII

RELAÇÕES COM OS ÍNDIOS

NA política administrativa de Duarte Coelho representou papel de considerável importância o modo de tratar com os índios.

Sabe-se que, nos primeiros tempos, muito teve de enfrentá-los, pois, como já vimos, chegaram a atacar a povoação, quando apenas estava sendo construído, e só não a destruíram porque — conta frei Vicente do Salvador — a índia que vivia com Vasco Fernandes de Lucena decidiu pôr fim à guerra, saindo pelos campos a elogiar os brancos às outras índias. Então, por interferência destas, os guerreiros levantaram o cerco, e Olinda se salvou. A semelhança é muito grande com o episódio do “rapto das Sabinas”, mas não é contestado pelos historiadores.

Tratou então Duarte Coelho de captar a amizade de alguns dos mais influentes chefes indígenas, entre os quais Uiraubi (Arcoverde), e com o auxílio deles, foi expelindo para o sertão os grupos mais rebeldes, “e desafogando assim,



pouco a pouco, a sua gente da contingência em que a traziam êsses temerosos inimigos..." (4).

Promoveu, igualmente, por todos os modos, a fim de "trazer e provocar a ela (a fé católica) os naturais da dita terra", o casamento dos colonos com as índias, fortalecendo, dessa forma, a aliança firmada.

Os selvagens, contudo, continuaram uma ameaça, principalmente os que haviam sido expelidos para o interior. Por êsse motivo, Duarte Coelho se mostrava sempre cuidadoso, ainda mais que sabia estarem aventureiros e contrabandistas a explorar o trabalho da indiada, para recolherem o pau-brasil ("porque para fazerem seu brasil importunam tanto os índios e prometem-lhes tanta coisa fora de ordem que metem a terra tôda em desordem...")

(4) ROCHA POMBO — *Hist. do Brasil*, vol. I, pág 136.

VIII

APROVEITAMENTO ECONÔMICO — O OURO

PREOCUPAÇÃO obsidente dos portugueses sempre foi, nas Índias como no Brasil, a procura de riquezas minerais, sobretudo o ouro, e a prova está no fato de ser sôbre êste precioso metal que recaiu a maior taxa que, nos forais, se reservara o rei: um quinto do que fôsse recolhido.

É de crer-se, pois, que esta devera ter sido a primeira e principal ocupação de Duarte Coelho, logo que tomou posse da terra. Não o foi, entretanto. O donatário não viera para o Brasil como explorador ou comerciante; movia-o antes o desejo de aqui estabelecer realmente uma colônia, fixar o homem ao solo, e, para consegui-lo, só reconhecia válida a agricultura, inclusive para mais sólidos proventos dar ao Reino. Em carta ao rei, datada de 27/4/1542, escreve: "Quanto, senhor, às coisas do ouro, não deixo de inquirir e procurar sôbre o negócio, e cada dia se esquentam mais as novas, mas como sejam daqui longe, pelo meu sertão a dentro, e se há de passar por três gerações de mui perversa e bestial gente, e todos contrários uns de outros, há se de passar esta jornada com muito perigo e trabalho, para o qual me parece, e assim

a tôda a minha gente, que se não pode fazer se não indo eu, e ia como se deve ir e acometer a tal emprêsa para sair com ela avante, e não para ir fazer barcoriadas (?), como os do Rio da Prata, que se perderam passante de mil homens castelhanos e como os do Maranhão, que se perderam setecentos, e pior é ficar a coisa danada, e por isso, senhor, espero a hora do senhor Deus, em a qual preza a êle, Deus, que me cometa esta emprêsa e para o seu santo serviço e de V. A., que será o maior contentamento e ganho que eu disso queria ter”.

Estão aí tôdas as qualidades do colonizador modêlo: a desambição do ouro, o cuidado com a vida dos seus comandados, o equilibrio em evitar quixotismos inoperantes.

O ouro poderia, além disso — caso fôsse achado — destruir-lhe a obra inteira. Êle estava longe, “*pelo meu sertão a dentro*”, e para lá, forçosamente, levaria tôda a população e, mais ainda, grande número de aventureiros, da pior gente que existia, ávida de riqueza fácil e farta. Muitos morreriam (não morreram, em busca da miragem, mas “*de mil homens castelhanos*” e os *setecentos do Maranhão?*), e, principalmente, porque, com o despovoamento das plantações litorâneas, ficariam sem recursos.

Duarte Coelho não era apenas previdente. Mostrou, igualmente, as qualidades de general moderno: tratava-se primeiro de garantir a retaguarda — quantas e quantas guerras não têm sido ganhas pela desambiciosa Intendência?...

IX

O PAU-BRASIL

Nos primeiros tempos, como em tôda a parte, o pau-brasil foi o principal comércio. Mas, logo Duarte Coelho encontrou sérios empecilhos: “... porque o brasil, senhor, está muito longe pelo sertão a dentro, e muito trabalhoso e perigoso de haver, e mui custoso, e os índios fazem-nos de má vontade, pelo qual êsse que eu cá tenho mandado êstes anos passados para V. A., e assim um pouco que até o presente fiz para mim, pela licença de que me V. A. fêz mercê, faz-se tudo por sua ordem e muito devagar, conforme a condição dos índios, em dez e doze meses e em ano e meio, a carga de um navio, e que me saia mais custoso é necessário, Senhor sofrê-lo pelo que cumpre ao bem da terra...”

Não é que Duarte Coelho temesse a oposição dos selvagens ou o trabalho que se lhe oferecia. Como agricultor que era, entretanto, a exploração do pau-brasil aparecia-lhe como um perigo, pois homens havia que “para fazerem seu brasil, importunam tanto os índios e prometem-lhe tanta coisa fora de ordem que metem a terra tôda em desordem da ordem

a que a eu tenho pôsto, e se lhe dão alguma coisa do que lhe prometem é deitar a perder o consêrto e ordem que tinha pôsto para o que cumpre ao trato dêste brasil. . .”

A “ordem” é o LEIT-MOTIV. Os aventureiros, refugiados na maioria em Itamaracá, franceses e criminosos portugueses, punham-lhe em perigo a capitania. Esse é que era o mal.

Duarte Coelho não podia conceber que sem ordem e disciplina a colonização se pudesse firmar. Um dos males do regime, segundo acreditava o próprio donatário de Pernambuco, estava no direito de couto e homizio, conferido pelo rei às capitânicas, ou antes, no modo pelo qual os capitães entendiam esse direito. *“Assim, a inteligência que alguns donatários queriam dar ao homizio e couto, fazendo-o extensivo aos crimes cometidos nas capitânicas, apresentava por absurdo que um criminoso poderia só no Brasil perpetuar onze crimes, e ter igual número de homizios sucessivos. Já em 1546 se queixara a tal respeito o velho Duarte Coelho, pedindo ao rei que ordenasse aos outros donatários e seus capitães que satisfizessem às precatórias para entregarem os criminosos; porém, nada tinha conseguido”.* (5)

Daí, Duarte Coelho se haver, praticamente, desinteressado do pau-brasil. Explorava-o, sim, mas não com a intensidade de outros donatários. Preferiu, por tudo isso, cuidar da cana-de-açúcar.

X

A CANA DE AÇÚCAR

A primeira moenda de açúcar em Pernambuco foi o Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, mais tarde chamado “Forno da Cal”, nas proximidades de Olinda, instalado por Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário.

Muito dispendiosa era, no entanto, a instalação de engenhos, mesmo dos mais simples, *“dos que chamam trapiche, que moem com bois”*: custavam nada menos de dez mil cruzados.

Daí, ser muito difícil desenvolver-se a indústria na capitania. Faltavam recursos aos colonos. O próprio donatário já estava *“muito gastado e endividado”*. Movido, porém, pela intuição de que no açúcar estava o futuro da colônia, Duarte Coelho não teve dúvidas: deixando à frente da capitania sua espôsa, D. Brites, e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, e foi à Europa, *“para entabular contratos com alguns ricos mercadores sobre a construção de obras para o fabrico do açúcar, mediante concessões que lhes fazia”*. (6)

(5) VARNHAGEN — obra citada — pág. 284.

(6) VARNHAGEN — obra citada — pág. 214.

De lá voltou, pouco depois, com capatazes adestrados na Madeira e nos Açores, talvez na maioria cristãos-novos e, em breve, diversas moendas funcionavam em Pernambuco, e o governador enviava ao soberano amostras de seus melhores produtos. Decidiu-se até, em juízo, com o voto do donatário, que os senhores de engenho pagariam, na terra, o dizimo em açúcar já feito, e isto apesar da oposição dos colonos, no dizer de Duarte Coelho: por causa da *"negra cobiça do mundo ser tanta que turba o juízo dos homens, para não concederem no que é razão e justiça"*.

Não foram muitos, porém, mas bastantes, os engenhos levantados até 1550. Neste ano, segundo carta do próprio capitão-mor, havia apenas cinco *"moentes e correntes"*, em Pernambuco.

Esses primeiros engenhos devem ter sido como descreve frei VICENTE DO SALVADOR, em sua *"História do Brasil"* :

"Lembra-me haver lido em um livro antigo das propriedades das coisas, que antigamente se não usava de outro artifício mais que picar ou golpear as canas com uma faca, e o licor que pelos golpes corria e se coalhava ao sol êste era o açúcar, e tão pouco que só se dava por mezinha. Depois se inventaram muitos artifícios e engenhos para se fazer em mor quantidade, das quais todos se usou no Brasil, como foram os dois pilões, de mós e os de eixos, e êstes últimos foram os mais usados, que eram dois eixos postos um sôbre o outro, movidos com uma roda de água ou de bois, que andava com uma muito campeira chamada bolandeira, a

qual ganhando vento movia e fazia andar outros quatro, e os eixos em que a cana se moía. E além desta máquina havia outra de duas ou três gangorras de paus compridos, mais grossos do que tonéis, com que aquela cana, depois de moída nos eixos, se espremia, para o que tudo e para as fornalhas em que o caldo se cose e incorpora o açúcar era necessário uma casa de cento e cinquenta palmos de comprimento e cinquenta de largo, e era muito tempo e dinheiro o que na fábrica dela e do engenho se gastava".